

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



# Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*EOL Potiguar B32 SPE S.A.*

---



## ÍNDICE

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos resultados .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente.....</b>	<b>8</b>
<b>Balço patrimonial .....</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas .....</b>	<b>11</b>
1 Contexto e mudanças significativas .....	11
1.1 Informações gerais .....	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais .....	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação .....	11
2 Principais informações financeiras .....	12
2.1 Resultado do exercício .....	12
2.2 Ativos e passivos financeiros.....	14
2.3 Ativos e passivos não-financeiros .....	18
2.4 Patrimônio líquido .....	20
3 Estimativas críticas e riscos .....	21
3.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	21
3.2 Gestão de riscos.....	21
3.3 Risco regulatório.....	22
3.4 Risco de liquidez .....	22
4 Outras informações .....	23
4.1 Contingências.....	23
4.2 Transações com partes relacionadas .....	23
4.3 Seguros .....	24
5 Políticas contábeis materiais adotadas .....	24
5.1 Caixa e equivalentes de caixa .....	24
5.2 Imobilizado .....	24
5.3 Intangível .....	25
5.4 Redução ao valor recuperável (" <i>impairment</i> ") .....	26
5.5 Empréstimos e financiamentos.....	26
5.6 Provisões.....	26
5.7 Tributação.....	27
5.8 Outros ativos e passivos.....	28
5.9 Reconhecimento de receita .....	28
5.10 Instrumentos financeiros.....	28
5.11 Passivo de arrendamentos .....	29
5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente .....	29
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes .....	29

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |  
Flamengo- Rio de Janeiro | RJ | Brasil  
T +55 21 3512.4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e acionistas da  
**EOL Potiguar B32 SPE S.A.**  
Serra do Mel – RN

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B32 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EOL Potiguar B32 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto  
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		<b>(7.878)</b>	<b>4.913</b>
<b>Ajustes por</b>			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.1.3	(489)	(350)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	16.760	3.820
Depreciações e amortizações	2.1.2	7.044	7.104
Penalidades contratuais - provisão	2.1.7	-	134
Ajuste a valor presente		29	25
<b>Aumento / diminuição em ativos e passivos</b>			
Contas a receber	2.2.4	(322)	(359)
Outros ativos		949	(296)
Fornecedores	2.2.5	(40)	764
Obrigações fiscais e trabalhistas		(265)	178
Penalidades contratuais		-	(3.391)
Contas a pagar – partes relacionadas		323	132
<b>Recursos provenientes das atividades operacionais</b>			
		<b>16.111</b>	<b>12.674</b>
Juros pagos	2.2.6	(11.221)	(9.579)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.298)	(1.252)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>			
		<b>3.592</b>	<b>1.843</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	2.2.3	(1.734)	535
(Aquisições)/ baixa de imobilizado	2.3.1	-	440
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento</b>			
		<b>(1.734)</b>	<b>975</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	(4.003)	(4.004)
Pagamentos de custo de transação	2.2.6	-	-
Passivo de arrendamento	2.2.8	(389)	(370)
Dividendos	4.2.1	(846)	(429)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos (consumidos) nas atividades de financiamento</b>			
		<b>(5.238)</b>	<b>(4.803)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(3.380)</b>	<b>(1.985)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	3.579	5.564
<b>Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>(3.380)</b>	<b>(1.985)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	199	3.579
Aquisição (baixa) de imobilizado			41
Passivos de arrendamento x imobilizado		337	311
Provisão de desmobilização x imobilizado		-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EOL Potiguar B32 SPE S.A.**  
**Demonstração dos resultados**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.1.1	37.852	36.013
Custos operacionais	2.1.2	(28.680)	(25.233)
<b>Resultado bruto</b>		<b>9.172</b>	<b>10.870</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(857)	(716)
Outras receitas (despesas)		-	40
<b>Lucro operacional</b>		<b>8.315</b>	<b>10.104</b>
Despesas financeiras		(17.044)	(5.854)
Receitas financeiras		851	663
<b>Resultado financeiro</b>	2.1.3	<b>(16.193)</b>	<b>(5.191)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(7.878)</b>	<b>4.913</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.475)	(1.352)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(9.353)</b>	<b>3.561</b>
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em reais - R\$)	2.4.3	(0,11)	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EOL Potiguar B32 SPE S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em milhares de reais

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(9.353)</u>	<u>3.561</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><b>(9.353)</b></u>	<u><b>3.561</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EOL Potiguar B32 SPE S.A.**
**Balço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	199	3.579	Fornecedores	2.2.5	3.558	3.598
Contas a receber	2.2.4	3.829	3.507	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	8.784	8.143
Outros ativos		3	952	Obrigações fiscais e trabalhistas		438	526
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.031</b>	<b>8.038</b>	Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	552	229
				Dividendos - Partes relacionadas	4.2	-	846
				Penalidades contratuais	2.2.7	17	17
				Arrendamentos	2.2.8	60	55
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>13.409</b>	<b>13.414</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	6.228	4.005	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	119.325	118.762
Imobilizado	2.3.1	200.430	206.754	Arrendamentos	2.2.8	7.188	6.914
Intangível	2.3.2	8.546	8.930	Obrigações pela desmobilização de ativos		343	314
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>215.204</b>	<b>219.689</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>126.856</b>	<b>125.990</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>140.265</b>	<b>139.404</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	2.4		
				Capital social		83.693	83.693
				Reserva de lucro		(4.723)	4.630
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>78.970</b>	<b>88.323</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>219.235</b>	<b>227.727</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>219.235</b>	<b>227.727</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>83.693</b>	<b>512</b>	<b>1.403</b>	<b>1.915</b>	<b>-</b>	<b>85.608</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.561	3.561
<b>Destinação do lucro</b>						
Constituição de reserva legal	-	178	-	178	(178)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(846)	(846)
Lucros retidos a deliberar	-	-	2.537	2.537	(2.537)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>83.693</b>	<b>690</b>	<b>3.940</b>	<b>4.630</b>	<b>-</b>	<b>88.323</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.353)	(9.353)
Absorção de prejuízo	-	(690)	(3.940)	(4.630)	4.630	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>83.693</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.723)</b>	<b>78.970</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

### 1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 1.1 Informações gerais

Constituída em 25 de julho de 2019, sediada na Rua Artesão Dary Miranda, 902 em Serra do Mel - RN, a Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido para o projeto Vila Guanabara. A construção foi concluída no primeiro semestre de 2021. Em 23 de maio de 2021, o parque eólico recebeu autorização técnica do fornecedor de suas turbinas para entrada em operação.

##### **Autorização do Parque Eólico EOL Potiguar B32 SPE S.A.**

A Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Nº 8.709 de 31 de março de 2020, alterada pela Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Nº 9.254 de 29 de setembro de 2020, autorizou a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Potiguar B32, constituída de 14 (quatorze) Unidades Geradoras, totalizando 48.510kW de capacidade instalada.

##### **Contrato de Comercialização no ambiente livre - CCEAL**

A Companhia firmou contrato no Ambiente Livre de Comercialização (ACL), o qual teve início de suprimento de energia em 01 de julho de 2021 e tem duração de 20 anos.

##### **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

#### 1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

#### 1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

### 2.1 Resultado do exercício

#### 2.1.1 Receita operacional de energia, líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - ACL	39.016	37.342
Receita bruta de fornecimento - CCEE	152	-
Certificado de Energia Renovável (IREC)	110	169
<b>Total de receita bruta</b>	<b>39.278</b>	<b>37.511</b>
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	-	(134)
Tributos sobre receita	(1.426)	(1.364)
<b>Total de receita operacional, líquida</b>	<b>37.852</b>	<b>36.013</b>

Aumento da receita ocorreu devido ao aumento da venda de energia possibilitado pela ampliação da garantia física e pela atualização do preço das receitas contratuais.

#### 2.1.2 Custos operacionais e despesas administrativas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Encargos setoriais	(3.467)	-	(3.163)	-
Energia comprada para revenda	(9.462)	-	(9.209)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(2.708)	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	(3.465)	-	(3.328)	-
Serviços de operação e manutenção - parte relacionada	(1.766)	-	(1.655)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - parte relacionada	(29)	-	(12)	-
Aluguéis	(133)	-	(169)	-
Depreciações e amortizações	(6.881)	-	(6.949)	-
Depreciações e amortizações - arrendamento	(163)	-	(155)	-
Seguros	(606)	-	(593)	-
Despesas administrativas gerais	-	(209)	-	(308)
Serviços de terceiros	-	(648)	-	(408)
<b>Total</b>	<b>(28.680)</b>	<b>(857)</b>	<b>(25.233)</b>	<b>(716)</b>

Aumento de custos ocorre devido a compra de energia para atendimento de contrato de fornecimento de energia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 2.1.3 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	848	661
Juros de contas a receber	3	2
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>663</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.382)	(8.942)
Juros arrendamento	(331)	(318)
Custo de Transação	(6.047)	5.440
IOF	(14)	(18)
Ajuste a valor presente	(29)	(26)
Outras despesas financeiras	(241)	(1.990)
<b>Total</b>	<b>(17.044)</b>	<b>(5.854)</b>
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>(16.193)</b>	<b>(5.191)</b>

## 2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEE	152	-
Venda de energia - Mercado Livre/ACL	39.016	37.342
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	-	(134)
Receita Bruta de fornecimento - ACL - Parte relacionada	-	-
Certificado de Energia Renovável	110	169
<b>Receita Bruta de vendas</b>	<b>39.278</b>	<b>37.377</b>
Presunção imposto de renda - 8% (a)	3.142	2.990
Presunção contribuição social - 12% (b)	4.713	4.485
Demais receitas e ganhos de capital (c)	851	663
<b>Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)</b>	<b>3.993</b>	<b>3.653</b>
Imposto de renda: 15%	599	548
Adicional de Imposto de Renda: 10%	375	341
<b>Total IRPJ</b>	<b>974</b>	<b>889</b>
<b>Base de cálculo - CSLL (b)+(c)</b>	<b>5.564</b>	<b>5.148</b>
Contribuição social: 9%	501	463
<b>Total de CSLL</b>	<b>501</b>	<b>463</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>1.475</b>	<b>1.352</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

### 2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	199	3.579
Contas a receber	3.829	3.507
Títulos e valores mobiliários	6.228	4.005
<b>Total ativos financeiros</b>	<b><u>10.256</u></b>	<b><u>11.091</u></b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	(3.558)	(3.598)
Empréstimos e financiamentos	(128.109)	(126.905)
Passivo de arrendamento	(7.248)	(6.959)
Penalidades contratuais	(17)	(17)
Contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(552)	(1.075)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b><u>(139.484)</u></b>	<b><u>(150.331)</u></b>
<b>Ativos (passivos) financeiros, líquidos</b>	<b><u>(129.228)</u></b>	<b><u>(137.428)</u></b>

### 2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	27	54
Aplicações financeiras	172	3.525
<b>Total</b>	<b><u>199</u></b>	<b><u>3.579</u></b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. Os Fundos buscam acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 81,30% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já os CDBs são títulos de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96,5% do CDI e são mantidos junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Fitch Rating.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.3 Títulos e valores mobiliários**

Para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em dezembro de 2021 o Fundo de Liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado ente o BNB e a Companhia. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 2,11% do valor do saldo devedor do empréstimo. Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,29% do CDI (91,3% do CDI em 2024) - Certificado de Depósito Interbancário. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento ou liquidação antecipada da dívida.

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que ele possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento dever-se-ia ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e ele é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador. Ressalta-se que, existem recursos nas contas de O&M aplicados em Fundo de Investimento conforme estabelecido em contrato, cuja gestão compete ao banco administrador das contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,29% do CDI (91,3% do CDI em 2024) – Certificado de Depósito Interbancário.

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - empréstimo BNB	2.852	2.877
Conta restrita - O&M	896	868
Trianon	2.480	260
<b>Total</b>	<b>6.228</b>	<b>4.005</b>

**2.2.4 Contas a receber de clientes**

	31/12/2025	31/12/2024
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	84	84
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	3.230	3.400
Demais clientes	515	23
<b>Total</b>	<b>3.829</b>	<b>3.507</b>

O prazo médio de recebimento em 2025 dos valores relativos às vendas de energia é de 30 dias da data do faturamento.

**2.2.5 Fornecedores**

	31/12/2025	31/12/2024
Operação e manutenção	38	39
Compra de energia	2.889	2.639
Materiais e serviços	295	629
Encargos de transmissão	336	291
<b>Total</b>	<b>3.558</b>	<b>3.598</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.6 Empréstimos e financiamentos**

**2.2.6 (a) Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
<b>Financiamentos</b>					
BNB	IPCA + 1,8282% a.a.	Real	15/08/2022 - 15/07/2040	136.964	141.800
Custo da Transação				(8.854)	(14.895)
				<b>128.110</b>	<b>126.905</b>
Total circulante				8.785	8.143
Total não circulante				119.325	118.762

Em 30 de junho de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 130.081 com vencimento para julho de 2040. O referido contato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread de 1,8282% a.a. (com bônus de adimplência de 15% incidentes sobre o Spread).

Em 28 de outubro de 2022, foi captada a parcela final no valor de R\$ 15.176 do financiamento obtido, completando assim todos os desembolsos a serem recebidos pelos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

A movimentação dos financiamentos nos exercícios de 2025 e de 2024 é a seguinte:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>136.986</b>
Juros – resultado	8.942
Custos da transação – resultado	(5.440)
Pagamento – principal	(4.004)
Pagamento – juros	(9.579)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>126.905</b>
Juros – resultado	10.382
Custos da transação – resultado	6.047
Pagamento – principal	(4.003)
Pagamento – juros	(11.221)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>128.110</b>

**2.2.6 (b) Cláusulas restritivas**

O financiamento junto ao BNB estabelece que a partir da conclusão física e financeira do projeto, deve-se manter o nível de atividade adequado ao estudo econômico-financeiro realizado, sendo este entendido como geração mínima de 90% (noventa por cento) da garantia física do empreendimento objeto do crédito calculado a uma probabilidade de 90% (noventa por cento).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.2.6 (c) Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- a. Compromisso de suporte de acionista (ESA);
- b. Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva correspondente a pelo menos R\$ 2.743 ou o equivalente a 2,11% do valor efetivamente desembolsado, mantido durante todo o prazo do contrato.
- c. Fiança bancária de 100% do saldo devedor, formalizada pela(s) carta(s) de fiança emitida(s) pelo(s) fiador(es) previamente a cada desembolso, mantidas até a efetiva liquidação da operação ou, alternativamente, pelo prazo mínimo de um ano com obrigatoriedade de renovação com antecedência mínima de 60 dias do seu vencimento, nas mesmas bases de cobertura.

São garantias do contrato de fiança:

- a. O contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças;
- b. O contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças;
- c. O contrato de alienação fiduciária de equipamentos em garantia e outras avenças (14 turbinas);

### 2.2.7 Penalidades

O contrato de comercialização de energia elétrica bilateral no ambiente livre prevê a verificação anual quanto ao cumprimento contratual, conforme metodologia acordada entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, foi registrado o valor de R\$ 17 correspondente a provisão de penalidade anual, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Penalidades contratuais	17	17
<b>Total passivo circulante</b>	<u>17</u>	<u>17</u>
<b>Total</b>	<u>17</u>	<u>17</u>

Para atender as demandas de energia, a Companhia está comprando energia para revenda, diminuindo assim as penalidades.

### 2.2.8 Passivo de arrendamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a aplicação do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em referência às operações de arrendamento fundiários onde está localizado o parque eólico, tendo a Companhia adotado a abordagem retrospectiva simplificada.

Para os arrendatários, o IFRS 16/ CPC06(R2) é baseado em um modelo singular que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, sendo tanto os arrendamentos operacionais como os financeiros reconhecidos no balanço patrimonial mediante o registro de um ativo (correspondente ao direito de uso de um determinado ativo por um período) e um passivo (correspondente à obrigação de pagar pelo arrendamento do ativo).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem vencimento entre maio de 2066 a dezembro de 2069, com taxa de desconto praticada de 4,55%a.a.

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf. CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	55	-	(58)	-	63	60
Passivo Não Circulante	6.914	331	(331)	337	(63)	7.188
<b>Total no Passivo</b>	<b>6.969</b>	<b>331</b>	<b>(389)</b>	<b>337</b>	<b>-</b>	<b>7.248</b>

Arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf. CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	50	-	(47)	-	52	55
Passivo Não Circulante	6.661	318	(323)	310	(52)	6.914
<b>Total no Passivo</b>	<b>6.711</b>	<b>318</b>	<b>(370)</b>	<b>310</b>	<b>-</b>	<b>6.969</b>

## 2.3 Ativos e passivos não-financeiros

### 2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	216.157	182.765	208.092	181.461
Linha de transmissão e subestação	12.181	10.672	20.271	18.435
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>228.338</b>	<b>193.437</b>	<b>228.363</b>	<b>199.896</b>
<b>Bens em operação</b>				
Terreno - Direito de uso	7.469	6.791	7.132	6.618
Máquinas e equipamentos	324	185	324	222
Móveis e utensílios	22	16	22	16
Instalações	3	1	3	2
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>7.818</b>	<b>6.993</b>	<b>7.481</b>	<b>6.858</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>236.156</b>	<b>200.430</b>	<b>235.844</b>	<b>206.754</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.1 (a) Movimentações entre 2025 e 2024**

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos/ Baixas	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Imobilizado em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	181.461	8.090	-	(6.786)	182.765
Linha de transmissão e subestação	18.435	(8.090)	-	327	10.672
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>199.896</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.459)</b>	<b>193.437</b>
<b>Bens em operação</b>					
Terreno - Direito de uso	6.618	-	337	(164)	6.791
Máquinas e equipamentos	222	-	-	(37)	185
Móveis e utensílios	16	-	-	-	16
Instalações	2	-	-	(1)	1
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>6.858</b>	<b>-</b>	<b>337</b>	<b>(202)</b>	<b>6.993</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>206.754</b>	<b>-</b>	<b>337</b>	<b>(6.661)</b>	<b>200.430</b>

**2.3.1 (b) Movimentações em 2024 e 2023**

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos/ Baixas	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	187.141	(25)	-	(5.655)	187.461
Linha de transmissão e subestação	19.691	(456)	-	(800)	18.435
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>206.832</b>	<b>(481)</b>	<b>-</b>	<b>(6.455)</b>	<b>199.896</b>
<b>Bens em operação</b>					
Terreno - Direito de uso	6.463	-	352	(197)	6.618
Máquinas e equipamentos	253	-	-	(31)	222
Móveis e utensílios	18	-	-	(2)	16
Instalações	2	-	-	-	2
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>6.736</b>	<b>-</b>	<b>352</b>	<b>(230)</b>	<b>6.858</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>213.568</b>	<b>(481)</b>	<b>352</b>	<b>(6.685)</b>	<b>206.754</b>

**2.3.2 Intangível**

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Intangível em operação</b>				
Desenvolvimento do projeto	10.421	8.545	10.421	8.927
Software	10	1	10	3
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>10.431</b>	<b>8.546</b>	<b>10.431</b>	<b>8.930</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>10.431</b>	<b>8.546</b>	<b>10.431</b>	<b>8.930</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.3.2 (a) Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Intangível em operação</b>			
Intangível em operação	8.927	(382)	8.545
Software	3	(2)	1
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>8.930</b>	<b>(384)</b>	<b>8.546</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>8.930</b>	<b>(384)</b>	<b>8.546</b>

### 2.3.2 (b) Movimentações em 2024 e 2023

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Intangível em operação</b>			
Intangível em operação	9.344	(417)	8.927
Software	5	(2)	3
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>9.349</b>	<b>(419)</b>	<b>8.930</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>9.349</b>	<b>(419)</b>	<b>8.930</b>

## 2.4 Patrimônio líquido

### 2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 83.693, subscrito e integralizado conforme descrito abaixo:

	Quantidade de ações	%	Valor	%
Ventos de Serra do Mel III S.A.	83.693.429	100%	83.693	100%
	<b>83.693.429</b>	<b>100%</b>	<b>83.693</b>	<b>100%</b>

### 2.4.2 Destinação do resultado

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia apresentou lucro no exercício de 2025 e a sua destinação é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(9.353)	3.561
Absorção do prejuízo de exercícios anteriores	7.795	(178)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	<b>(1.558)</b>	<b>3.383</b>
<b>Destinação do lucro (prejuízo):</b>	<b>(1.558)</b>	<b>3.383</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	-	846
Lucros retidos a deliberar	-	2.537
Absorção de prejuízo	1.558	-

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.4.3 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média de ações no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido	(9.353)	3.561
Quantidade média ponderada de ações no exercício	83.693.429	83.693.429
Lucro (prejuízo) por ação (em reais - R\$)	<u>0,11</u>	<u>0,04</u>

## 3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

### 3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

#### Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

### 3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

### 3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

### 3.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	3.598	-	-	-	3.598
Empréstimos e financiamentos	8.785	8.785	26.355	(34.294)	9.631
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Arrendamentos	60	60	180	6.948	7.248
Penalidades Contratuais	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	3.598	-	-	-	3.598
Empréstimos e financiamentos	8.143	8.143	24.429	86.190	126.905
Contas a pagar - Partes relacionadas	229	-	-	-	229
Arrendamentos	55	55	165	6.694	6.969
Penalidades Contratuais	17	-	-	-	17

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

### 4.1 Contingências

#### 4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis.

### 4.2 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia, como segue:

#### 4.2.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025	
	Passivo - contas a pagar	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
<b>Circulante</b>		
Votalia Energia do Brasil Ltda	167	826
Votalia Serviços do Brasil Ltda	161	940
Votalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	224	2.737
<b>Total circulante</b>	<b>552</b>	<b>4.503</b>
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>4.503</b>

#### 4.2.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024		
	Passivo - contas a pagar	Passivo - dividendos	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
<b>Circulante</b>			
Ventos de Serra do Mel III S.A.	-	846	-
Votalia Energia do Brasil Ltda	92	-	791
Votalia Serviços do Brasil Ltda	137	-	864
<b>Total circulante</b>	<b>229</b>	<b>846</b>	<b>1.655</b>
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>846</b>	<b>1.655</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 4.3 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas. Não está incluída, no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Apólice	Vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - SWISS RE	13/12/2025 a 13/12/2027	981.555

## 5 Políticas contábeis materiais adotadas

### 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

### 5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos;
- Máquinas - 10 anos;
- Veículos - 5 anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos;
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos;
- Instalações - 10 anos;
- Turbinas Eólicas - 32 anos (2022 – 25 anos).

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

**Desmobilização**

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

**5.3 Intangível****5.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

**5.3.3 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)****5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

**5.4.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

**5.5 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**5.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

## 5.7 Tributação

### 5.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“Cofins”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

### 5.7.2 Tributos sobre o lucro

#### Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

**5.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**5.9 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

**5.10 Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

**5.11 Passivo de arrendamentos**

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 4,55% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

**5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

**Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade**

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

**OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)**

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

**5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras**

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Editais de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 –  
Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública**

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

\* \* \*

## Fale conosco

### *Brasil*

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro  
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil  
T.+55 2221-7190*



[www.voltalia.com](http://www.voltalia.com)     